COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA

PROJETO DE LEI Nº 7.388-B, DE 2010 (MENSAGEM Nº 244/2010)

Dá nova redação e acresce dispositivo à Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”, para instituir o Comitê de Articulação Federativa – CAF.

Autor: PODER EXECUTIVO

Relator: Deputado FÁBIO RAMALHO

I - RELATÓRIO

Trata-se de projeto de lei, oriundo do Poder Executivo, que pretende alterar e acrescentar dispositivo à Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, que “dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos Ministérios”, instituindo o Comitê de Articulação Federativa – CAF.

A Exposição de Motivos Interministerial nº 00103/2010/MP/SRI-PR, de 18 de maio de 2010, que acompanha o projeto de lei em exame, esclarece que “[...] *a complexidade do desenho federativo brasileiro exige a institucionalização de uma instância na administração pública federal de diálogo permanente com os Municípios, pois embora as relações intergovernamentais sejam uma característica comum às federações, as negociações e interlocução federativa nem sempre se dão de forma harmoniosa, sobretudo no Brasil, onde se consagraram os 5.563 Municípios como entes federativos [...]*”.

Esclarece, ainda, a referida Exposição de Motivos que, “[...] como breve histórico, vale citar que, em 2003, durante a Marcha de Prefeitos, foi assinado um Protocolo de Cooperação Federativa, que explicitou a agenda pactuada entre o Governo Federal e os Municípios e a construção de um instrumento para processar essa agenda, então chamado Comitê de Articulação e Pactuação Federativa [...] Tendo em vista a importância conquistada pelo Comitê, no dia 3 de agosto de 2007, foi publicado o Decreto nº 6.181, que o instituiu formalmente. Contudo o Comitê de Articulação Federativa, que fortaleceu os laços entre o Governo Federal e os Municípios, abrindo um espaço de discussão e consensuação importante, precisa ter a garantia de sua continuidade por meio de lei ordinária [...]”.

Por fim, conclui a aludida Exposição de Motivos que, “[...] por este motivo, apresentamos o presente projeto que estabelece que a finalidade do Comitê de Articulação Federativa é promover a articulação na formulação de estratégias e implementação de ações coordenadas e cooperativas entre as esferas federal e municipal de governo. [...] Prevê, ainda, que o Comitê será presidido pelo Ministro Chefe da Secretaria de Relações Institucionais e composto por mais trinta e seis membros, sendo dezoito representantes da União, designados pelo próprio Presidente da República, e dezoito representantes dos Municípios [...] As demais matérias relativas à organização e funcionamento do CAF serão regulamentadas por decreto do Presidente da República [...]”.

Nesta Câmara dos Deputados, a proposição em apreço foi examinada, preliminarmente, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, que concluiu por sua aprovação, com substitutivo, nos termos do parecer do relator, Deputado LUIS CARLOS BUSATO.

Em seguida, as proposições foram encaminhadas à Comissão de Finanças e Tributação, que concluiu pela não implicação da matéria com aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária do projeto principal e do substitutivo da Comissão de mérito, nos termos do parecer do relator, Deputado JOSÉ HUMBERTO.

Saliente-se que, na Comissão de Finanças e Tributação, a matéria recebeu emenda apresentada pelo Deputado JERÔNIMO GOERGEN, declarada, porém, prejudicada pelo relator.

Cabe, agora, a esta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania analisar as proposições em comento do ponto de vista da constitucionalidade, da juridicidade e da técnica legislativa, a teor do que estabelece o art. 54, I, do Regimento interno.

A matéria está sujeita à apreciação conclusiva pelas Comissões, nos termos do que dispõe o art. 24, II, também do Regime Interno.

No prazo regimental não foram apresentadas emendas.

É o relatório.

II - VOTO DO RELATOR

Sobre os aspectos de competência desta Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, constatamos que o Projeto de Lei nº 7.388-B, de 2010, atende as normas constitucionais relativas à autonomia da União para dispor sobre a criação e estruturação de órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional (CF, art. 18), à atribuição do Congresso Nacional, com posterior pronunciamento do Presidente da República (CF, art. 48, *caput*) e à legitimidade da iniciativa reservada ao Chefe do Executivo (CF, art. 61, § 1º, II, “a” e “c”).

No entanto, no que concerne ao substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, não pode ele prosperar, por desfigurar a proposição principal, de iniciativa privativa do Presidente da República.

Com efeito, o referido substitutivo intenta alterar o art. 2º da proposição principal, modificando a composição do Comitê de Articulação Federativa (CAF), para incluir representantes da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), da Frente Nacional de Prefeitos (FNP) e da Associação Brasileira de Municípios (ABM), que não estavam originalmente previstos.

Demais disso, pretende o citado substitutivo reconhecer essas entidades como “Entidades Nacionais de Representação dos Municípios Brasileiros”, prevendo que os entes públicos municipais poderão determinar recursos orçamentários específicos para sua manutenção, na forma de

contribuição mensal, fixada pelas respectivas Assembleias-Gerais. Trata-se, como se observa, de matéria estranha ao texto original.

As alterações promovidas pelo substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público são manifestamente inconstitucionais, pois vulneram o art. 61, § 1º, II, “e”, da Constituição Federal, que torna inadmissível a apresentação de emendas, pelo Poder Legislativo, que alterem, em qualidade (natureza ou espécie) ou quantidade, o texto original do projeto de lei de iniciativa exclusiva do Poder Executivo.

As questões atinentes à organização, funcionamento e atribuições dos órgãos e entidades da Administração Pública federal, direta e indireta, dizem respeito apenas à economia interna do Poder Executivo, cabendo ao Presidente da República deflagrar com exclusividade o processo legislativo pertinente, consoante dispõe o art. 61, § 1º, II, “e”, combinado com 84, III e VI, da Constituição Federal.

Quanto à juridicidade, o conteúdo da proposição principal não discrepa da ordem jurídica vigente. Já o substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, por conter eiva de inconstitucionalidade insanável, afigura-se injurídico.

Finalmente, a técnica legislativa empregada na elaboração da proposição principal se ajusta às prescrições da Lei Complementar nº 98, de 1995, alterada pela Lei Complementar nº 107, de 2001.

Ante o exposto, manifestamos nosso voto pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa do Projeto de Lei nº 7.388, de 2010, principal, bem como pela inconstitucionalidade e injuridicidade do substitutivo da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, ficando prejudicada a análise da sua técnica legislativa.

Sala da Comissão, em de de 2011.

Deputado FÁBIO RAMALHO
Relator